

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE -----

----- ATA NÚMERO VINTE E DOIS -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e dezassete reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luis Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por José Alberto Conceição Reis, Primeiro Secretário, e Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, Segundo Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda, Mário Rui Peixoto dos Reis Costa, José Maria Lucas da Silva e Maria Manuela Costa Malheiro Dias Aurélio Ferreira. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** - Maria Manuela da Silva Correia de Brito e Nunes dos Santos, Francisco Luis Ferreira Bento e Ivan Manuel Primo Roque Duarte. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Aquino José Mário de Noronha e José Delfino Guerreiro. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Moraes. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Ana Cláudia Figueiredo de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituída por José Lucas da Silva. -----

----- Igor Boal Roçadas, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Manuela Ferreira. -----

----- Armando Dias Estácio, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ivan Duarte. -----

----- Tiago José Pereira Magro, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Guerreiro. -----

----- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, que não foi substituída. -----

----- Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, que não foi substituído. -----

----- Maria Manuela Roque Rodrigues Barros Maia, que não foi substituída. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Sou freguês da Freguesia de Alvalade e falo hoje acima de tudo como encarregado de educação, como pai. -----*

----- *Partilhar convosco que é bastante salutar ver a ordem de trabalhos de hoje, que tem inclusivé inscrita uma proposta de investimento em educação, principalmente em educação formal. Um protocolo, desconheço o conteúdo mas com a Associação de Escoteiros de Portugal, que muito louvo e que acho muito importante também para o desenvolvimento da Freguesia, acreditando que as notícias que têm vindo a público na comunicação social sobre a Quinta do Narigão poderão de facto ver através desta proposta um bom desenvolvimento. -----*

----- Sendo obviamente suspeito, faço parte do Movimento “Irmão” da Associação de Escoteiros de Portugal, faço parte de um dos agrupamentos da nossa Freguesia, o Agrupamento “541 do Pio XII” do Corpo Nacional de Escutas. -----

----- Poderão ter visto hoje à hora do noticiário o nosso Presidente da República e o nosso Secretário de Estado da Educação em visita oficial ao maior acampamento de escoteiros do País, o acampamento do Corpo Nacional de Escutas. Oficialmente começa daqui a uma hora e pouco com a cerimónia de abertura, embora já há cerca de um mês está gente a viver em Idanha-a-Nova no sentido de preparar o acampamento para 22 mil jovens escoteiros baseados numa organização de cerca de 3800 adultos voluntários. -----

----- É de facto muito interessante quando as nossas forças locais tentam que haja um investimento nas forças vivas da sociedade. Portanto, também saudar os proponentes desta iniciativa que a ter bom desfecho será significativamente um bom sinal para a Freguesia de Alvalade e a sua vitalidade. -----

----- Hoje eu gostaria mais de me focar no tema da educação não formal, da preparação para a educação formal. -----

----- Enquanto encarregado de educação inscrevi a minha filha, Maria Francisca, no jardim-escola que está situado na rua onde vivo, na Rua Teixeira de Pascoais, na Escola 101. Fui confrontado com uma lista de inscritos no passado dia 7, onde o nome da minha filha de facto consta. No dia 21, como era suposto, fui ver à internet, fui à Escola Padre António Vieira procurar pela lista que não estava afixada no dia 21 mas ainda assim tentar perceber porque razão estaria na lista dos inscritos e não estaria depois na lista dos aceites. -----

----- Percebi claramente que temos um problema de gestão autárquica no que diz respeito à oferta. Isto de certeza que vai bater à nossa Carta Educativa, embora de 2008. A perspectiva de tentar encontrar uma solução educativa da rede pública de ensino na rua onde resido foi de facto a primazia que tentámos dar. Somos pessoas que acreditamos que o desenvolvimento da comunidade deve ser feito na comunidade e assim tentámos matricular a nossa filha na escola da nossa rua, curiosamente. -----

----- Não foi possível e gostava de partilhar convosco, porque acredito que aqui também exista competência transformadora da nossa comunidade e que seja importante precisamente porque se adequa com a oferta às necessidades que existam, que se reveja num critério de seriação, embora possam partilhar comigo que é competência do Estado procurar que seja progressivamente universal, que é sempre daqueles termos para quem gosta das fraturas ideológicas tal como estão inscritos na Constituição. Será obviamente tema de debate e discussão. -----

----- Gostaria de partilhar convosco, porque a Carta Educativa de Lisboa é de março de 2008, embora o sítio da internet da nossa autarquia diga que está em revisão. Tenho ideia de ver em revisão há quatro ou cinco anos. -----

----- É um tema que também nos leva a pensar na rede de transportes públicos que existe na Freguesia de Alvalade, se de facto será esse um dos motivos pelos quais são menos procuradas determinadas escolas, ou algumas escolas são seleccionadas em detrimento de outras. Se a própria experiência de independência de mobilidade que devemos procurar dar às crianças, para que se sintam confortáveis no seu bairro, para que possam usufruir das famosas zonas 30, zonas pedonais de travessia para que se sintam seguras, se de facto é algo que deva ser refletido no espaço público. De que forma é que também estes agentes da comunidade acabam por ajudar na capacitação das nossas crianças e jovens. -----

----- Gostava por último de deixar também uma nota que acho que é importante. Provavelmente será esta uma das últimas oportunidades que tenho de o fazer publicamente, já o fiz em privado mas acho que nunca é demais fazê-lo publicamente.--

----- De facto foi um mandato em que conseguimos investir bastante no apoio às coletividades, sejam elas educativas, culturais, recreativas, mas acho que é precisamente importante que a Freguesia de Alvalade, apesar das eleições autárquicas do próximo mês de outubro, possa estar preparada para a partir de 2018 assumir as suas competências, que têm a ver com a Lei Quadro de transferência de competências para as autarquias locais, para que em 2021 possamos ter cumprido as nossas obrigações enquanto força da sociedade e da nossa comunidade,.-----

----- Deixo-vos portanto o apelo, que possamos repensar a oferta que existe de facto no ensino pré-escolar. Relembro também nesta Assembleia a própria discussão que foi feita em torno do jardim-escola do Campo Grande, por exemplo. Devolvo à Assembleia este pedido de reflexão. Não estou propriamente à espera de respostas, mas se as houver cá estarei para ouvi-las.-----

----- Obrigado.”-----

----- **Freguês Francisco Camacho** fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Eu queria só pôr uma breve questão, aproveitando este momento.-----

----- No decurso dos contratos de empreitada que a Junta de Freguesia e o atual Executivo têm celebrados e no caso concreto desde a última Assembleia de Freguesia, houve alguma alteração nestes contratos de empreitada? Sabemos que atualmente há um conjunto de contratos de empreitada em execução e é só perceber se houve alguma alteração no contrato ou na execução dos contratos de empreitada.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, repondendo ao Freguês Pedro Aparício, disse que a questão do acesso não seria a dimensão mais significativa de falta de gestão autárquica. Antes pelo contrário, porque era um aspecto em que a autarquia, qualquer que ela fosse, câmara municipal ou junta de freguesia, infelizmente não tinha nenhum papel a desempenhar.-----

----- As questões eram geridas pelo agrupamento, que dependia diretamente do Ministério da Educação, e os critérios eram fixados por regulamentação de nível nacional.-----

----- Tinha-se batido em todas as intervenções públicas e desde logo no contributo que remetera para a Assembleia Municipal a respeito de uma polémica particularmente mediatizada, que era o acesso ao Liceu Filipa de Lencastre ali bem perto, mas que também se colocava nos estabelecimentos de ensino secundário da Freguesia, na importância da correspondência entre uma morada verdadeiramente vivida pela criança que se pretendia aceder a um determinado estabelecimento escolar e aquele estabelecimento em que efetivamente era colocada.-----

----- Continuará essa batalha, porque preocupava quem olhasse para a dinâmica demográfica da Freguesia. Mesmo assim, havia algumas referências que importava recuperar.-----

----- O Freguês Pedro Aparício tinha falado do centro infantil e isso tinha um significado enorme, esse equipamento acolhia 52 crianças maioritariamente da Freguesia quando antes acolhia apenas 24 e a maioria não era da Freguesia. Essa alteração era porventura a mais visível mas não era a mais significativa em números.---

----- Na Escola Básica de São João de Brito foram abertas mais três salas de jardim de infância ao longo do atual mandato, uma capacidade aumentada em 75 vagas para a utilização por crianças na idade pré-escolar. Para além disso tinha havido um enorme cuidado pelo cumprimento de um ratio adequado de auxiliares de ação educativa por

criança e pelo acompanhamento das crianças com necessidades educativas especiais, quer no pré-ecolar, quer no básico, com todas as exigências para um percurso pedagógico igualitário, mesmo em crianças com dificuldades mais específicas.-----

----- Todavia, por exemplo a Escola Dom Luis da Cunha não preencheria toda a sua oferta de pré-ecolar. O que estava em causa ali muitas vezes não era um problema estritamente territorial nem de transportes, porque era uma área densamente habitada. Aliás, a população infantil era mais abundante percentualmente do que noutras áreas. O problema era essencialmente de índole social. -----

----- As escolas mais próximas de bairros com características sociais mais exigentes eram escolas onde a oferta do pré-ecolar ficava por preencher. O problema era mais complexo do que apenas territorial ou geográfico, de mobilidade, era um problema muito mais multifactorial. -----

----- Referiu que a Lei Quadro da descentralização de competências não tinha transferências diretas previstas para Freguesias. Era um processo que para chegar às Freguesias teria outra camada de permeio, ao nível municipal, como aliás era natural que sucedesse numa Lei Quadro que dizia respeito ao conjunto do território nacional, a seu ver não incorporando ainda as aprendizagens da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa. -----

----- Eram problemas muito difíceis e nos quais se avançara muito nos últimos quatro anos em termos de capacidade de acesso. Havia melhores resultados do que quatro anos antes do ponto de vista das colocações. Era evidente que continuaria a haver situações como aquela que infelizmente o Freguês Pedro Aparício tivera que vivenciar e em todos os graus de ensino. -----

----- Havia muito trabalho a fazer e não apenas no pré-ecolar, mas em todos os graus de ensino. Muitas crianças que residiam com os seus pais, os seus avós, na Freguesia eram afastadas dos estabelecimentos escolares em virtude da prevalência de outros critérios. -

----- Respondendo ao Freguês Francisco Camacho, disse que havia com certeza muito desde a última Assembleia de Freguesia em concreto. Teria muito gosto em facilitar toda a documentação relativa aos contratos de empreitada, não apenas desde a última Assembleia de Freguesia mas do conjunto do mandato. Havia seguramente alterações significativas e algumas refletiam-se na ordem de trabalhos, designadamente a notificação para apresentação de um plano de trabalho ao empreiteiro que estava a executar a obra no complexo desportivo de São João de Brito, cujo prazo para apresentação terminaria no próximo dia 2, mas não ia antecipar a discussão desse ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Tinha acontecido a receção provisória da obra do pavilhão municipal da Freguesia de Alvalade, com cerca de 20% de trabalhos a menos, o que permitira à Junta recuperar para si a responsabilidade de fazer os acabamentos que se afigurassem necessários até à fruição pelo público desse equipamento. -----

----- Esses eram os dois mais importantes que tinha de memória mas podia ter havido pequenas alterações porque os contratos, quaisquer que fossem, de empreitadas ou outros, eram elementos vivos na relação entre o adjudicante e o adjudicatário. Dentro dos limites legais eram geridos para serem instrumentos na eficiência da gestão pública. Obviamente que eram sujeitos a algumas alterações durante o seu período de vida. -----

----- Se o Freguês Francisco Camacho quisesse mais detalhes, pedia-lhe que o requisitasse especificamente para que pudessem preparar a documentação pertinente e para que pudesse ver todas as suas questões esclarecidas. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** apresentou a seguinte moção:-----

----- **Moção** -----

“----- A recente decisão dos responsáveis do Parque de Saúde de Lisboa de cobrar o estacionamento aos utentes do Centro de Saúde /Unidade de Saúde Familiar de Alvalade é inaceitável. -----

----- O funcionamento irregular da carrinha que efectua a navette entre a entrada do Parque de Saúde e o Centro de Saúde e a cada vez maior utilização de viaturas privadas para circulação na cidade devido à degradação dos serviços de transporte da CARRIS e do Metro obrigam os utentes ao uso de carro particular. Acresce o facto de a população idosa e os doentes terem dificuldade em deslocar-se a pé e também recorrem ao transporte privado. -----

----- Qualquer que seja a justificação para cobrar uma taxa de estacionamento aos utentes é, repete-se, inaceitável e injustificável! -----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvalade reunida em 31 de Julho de 2017 apela à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal de Lisboa, para que exijam das entidades responsáveis o fim imediato desta taxa. -----

----- Os eleitos do PCP ----- ”

----- Continuando, disse que depois de terem redigido aquela moção e enviado ao Senhor Presidente tiveram conhecimento de que além dos utentes do centro de saúde havia outras organizações de utilidade pública, nomeadamente o departamento que fazia as juntas médicas, os dadores de sangue, pessoas que iam fazer os exames radiológicos e que também estavam nesse momento a pagar a taxa.-----

----- Embora a moção dissesse respeito aos utentes do centro de saúde poderiam acrescentar, embora não fosse uma consequência direta dos fregueses de Alvalade, que também essas pessoas não pagassem taxa de utilização do parque. -----

----- Outra questão era que a moção apelava à Junta e à Câmara mas teria importância que ela fosse comunicada à ARS, aos partidos políticos representados na Câmara e na Assembleia Municipal e até os que estavam representados na Assembleia da República, bem como às próprias instituições que estavam sediadas na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por manifestar a concordância de princípio da Junta com o conteúdo da moção do PCP. Acrescentava algum enquadramento adicional das diligências que entretanto já haviam sido realizadas.-----

----- A 21 de junho, no dia imediatamente subsequente a ter havido notícia e até clamor público relativamente ao encerramento das cancelas de acesso do portão norte do Parque de Saúde de Lisboa, oficiara a Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa no sentido de solicitar uma reunião sobre esse tema. -----

----- Aproveitando o ensejo, um outro que não tinha a ver com aquilo que estavam ali a discutir e embora fosse com ele razoavelmente conexo, tinha a ver com a implementação das carreiras de bairro da Carris que depois teriam também uma passagem de acesso ao Parque de Saúde. Importava discutir com as entidades do Parque. -----

----- Essa reunião estava agendada para o próximo dia 17 de agosto às onze horas da manhã e iria incluir não apenas o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, mas também os Serviços de Utilização Comum dos Hospitais, entidade que estava com a responsabilidade de efetuar a gestão do parque de estacionamento.-----

----- Tivera oportunidade também de falar telefonicamente com o Senhor Presidente dos Serviços de Utilização Comum dos Hospitais, que manifestara total abertura para a construção de uma política de isenções para os utilizadores das diversas entidades sediadas dentro do Parque. Designadamente dera o exemplo de que os dadores de sangue tinham já um período de quatro horas para permanecer, não apenas no período

da sua doação de sangue mas também um período de recuperação subsequente que era clinicamente indicado.-----

----- Tinha havido também uma conversa com o Senhor Ministro da Saúde no sentido de poder dar as instruções que entendesse pertinentes. A proposta concreta da Junta relativamente ao modelo de gestão do parque, em relação com a política de ordenamento do estacionamento no conjunto do território, não estava ainda materializada e seria isso depois enviado ao Senhor Ministro da Saúde para que, concordando, desse as instruções na cadeia hierárquica que tinha sob sua tutela. -----

----- Era no sentido de poderem, durante o período estival, conseguir que esse problema se resolvesse para os utentes dessas entidades, embora pensasse que todos concordariam que a circunstância de haver a implementação de estacionamento tarifado no conjunto da Freguesia, como via de proteção do estacionamento para residentes, poderia colocar uma enorme pressão sobre o parque se ele se transformasse numa zona franca de estacionamento para quem não procurava especificamente qualquer serviço prestado no Parque e que procurava apenas um lugar para deixar o seu automóvel e depois usar a rede de transportes públicos na envolvente. Havia uma estação de metro e bastantes autocarros.-----

----- Nesse local eram muitas vezes deixados automóveis que não procuravam especificamente o Parque e que usavam como depósito transitório de carros, o que podia de facto ser um problema de gestão compreensível. Na verdade prejudicava também os utentes das instituições sediadas no Parque. -----

----- Era esse o enquadramento daquilo que já se fizera e do que se ia fazendo, sem prejuízo da bondade da moção. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que o PSD se associava à moção, com a ressalva de que os utentes ou as associações que dela faziam utilização deviam ter um período limitado do estacionamento para permitir, quer ao utente da Freguesia que fosse ao Parque de Saúde resolver os seus problemas ou a uma consulta, quer àquele que fosse fazer um benefício a favor de todos, dadores de sangue ou outros. Que tivessem um período, tal como o Senhor Presidente da Junta mencionara. -----

----- O PSD associava-se à moção. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que a intervenção do Senhor Presidente da Junta em nada prejudicava a moção. Aliás, a sua aprovação ainda daria mais força às negociações.-----

----- As condições de utilização, os tarifários e os tempos de utilização estariam sujeitas a negociação. O que pedia era para fazer um aditamento no sentido da moção ser comunicada às entidades. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se iria abster na moção pelo seguinte: -----

----- Não sabia ao certo qual era a taxa de regularidade ou irregularidade da navette que servia os espaços de estacionamento e a montante disso havia uma questão mais geral, que era saber até que ponto os cidadãos, os habitantes, os utentes, tinham o direito por definição à utilização gratuita do espaço público para estacionamento. -----

----- Não tinha esse princípio como garantido. Aliás, a seu ver não tinham, excepto em certas circunstâncias. Tudo isso tinha que ser avaliado relativamente a que espaços geográficos estavam a falar, se estavam a falar de cidades, se estavam a falar do interior.

----- Era uma matéria de escassez de recursos e de escassez de oferta de espaços públicos e esse princípio, a seu ver, não era bom, o princípio do direito à utilização gratuita. -----

----- Dito isso, havia imensas exceções que tinham a ver com a premência, com o desordenamento de alguns espaços e por isso em Lisboa algumas áreas foram em primeiro lugar preenchidas por parquímetros, depois outras e outras. -----

----- O espaço do centro de saúde era um espaço muito grande. O Senhor Presidente da Junta referira de passagem alguns problemas adjacentes que se podiam verificar, como haver a utilização perversa sob a capa da premência ou da justeza pelo facto das pessoas utilizarem o espaço para se tratarem ou acompanharem quem ia ser tratado. -----

----- Como não tinha certezas sobre a matéria, como não tinha certezas sobre a regularidade ou irregularidade da utilização da navette, o que a irregularidade queria dizer, como não tinha certezas sobre o uso certo ou abusivo daquele enorme espaço por quem a ele não tinha direito, iria abster-se em plena honestidade de consciência. -----

----- A intervenção servia também como declaração de voto. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção sobre estacionamento aos utentes do Centro de Saúde /Unidade de Saúde Familiar de Alvalade**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD, PCP, BE e CDS-PP) e 1 abstenção (PS). --

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 313/2017, relativa à celebração de contrato de delegação de competências entre a Freguesia de Alvalade e o Município de Lisboa, com vista à reabilitação do troço da Pista Ciclável ao longo da Av. Do Brasil, que tem início na intersecção da Av. do Brasil com o Jardim do Campo Grande e termina na Mata de Alvalade;**-----

----- **Ponto 2 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 314/2017, relativa à celebração de contrato de delegação de competências entre a Freguesia de Alvalade e o Município de Lisboa, com vista à demolição do existente e aquisição, instalação e gestão de um quiosque no Jardim dos Coruchéus;**-----

----- **Ponto 3 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 315/2017, relativa à celebração de contrato de delegação de competências entre a Freguesia de Alvalade e o Município de Lisboa, com vista à reformulação da zona de acesso viário e pedonal ao edifício dos serviços centrais da Junta de Freguesia de Alvalade;**-----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que no primeiro caso tratava-se da reabilitação de um troço da pista ciclável já existente ao longo da Avenida do Brasil, que todos conheciam. Tinha sido das primeiras pistas cicláveis da Cidade de Lisboa e estava numa fase a necessitar de manutenção. O objeto do contrato de delegação de competências era precisamente esse, prover a sua manutenção através da Junta de Freguesia e dispor a Câmara dos meios financeiros para esse efeito.-----

----- O ponto 2 visava a demolição de um edifício junto ao Jardim dos Coruchéus, em frente à biblioteca. Era um edifício com alguma tradição no Campo Grande mas que, a seu ver, fora um dos principais focos de insegurança que o jardim sofrera ao longo das últimas décadas. Funcionava como uma cortina entre a via e a zona do Palácio dos Coruchéus e sua envolvente, tendo gerado sempre proteção à realização de atividades ilícitas. -----

----- A Junta de Freguesia tinha já procedido a uma pequena qualificação naquela envolvente, mantinha o espaço verde e colocara alguns equipamentos infantis, reciclando os equipamentos que ainda estavam em condições sobrantes das requalificações de outros parques que foram realizadas noutras porções do território.-----

----- Importava fazer uma fase mais adiantada da qualificação desse espaço, criando uma nova centralidade no Bairro das Caixas e dando mais vida à zona dos Coruchéus, que tinha já a Galeria Quadrum, os ateliers e a própria biblioteca dos Coruchéus, mas

que não tinha nenhum equipamento de apoio que permitisse alguma afluência de pessoas, alguma estadia das pessoas no espaço exterior e acima de tudo dar apoio a quem acompanhava as crianças no parque infantil. -----

----- Depois, mais à fente, outros utilizadores de um conjunto de equipamentos de fitness que ali seriam colocados também para permitir que o espaço fosse fundamentalmente intergeracional. Era disso que tratava esse contrato de delegação de competências. -----

----- O terceiro contrato era, perdoassem-lhe a expressão, um pouco mais simplório. Uma intervenção que era necessário realizar na envolvente do edifício que alojava os serviços centrais. Pensava que os Membros da Assembleia conheciam, acontecera uma visita antes da última Assembleia com aqueles que puderam estar presentes. Precisava de reformulação para conseguir acomodar algum aumento de afluxo ao equipamento, essa obra entretanto avançara e tratava-se de formalizar apenas o financiamento . -----

----- Aumentara com algum significado o número de lugares de estacionamento, num total de 13 lugares naquela zona, melhorando a qualidade do pavimento e as condições de circulação viária. Era gerido com imenso sucesso. -----

----- Um dos objetivos, como se recordariam dessa intervenção, era levar a um local ermo da Freguesia mais algum movimento, aproveitar um espaço de requalificação urbana relevante num local que estava inóspito. Esses objetivos estavam inteiramente cumpridos. -----

----- Do que fundamentalmente se tratava era quase só uma ratificação para que a Câmara pudesse financiar essa dimensão da intervenção que a Junta de Freguesia fora entretanto realizando, perante a urgência de ocupar aquele edifício e para poupar os custos de arrendamento do segundo andar do edifício onde se encontravam. -----

----- **Membro Maria Cristina Campos (PS)** perguntou, em relação ao ponto 2, se tinha sido equacionada a possibilidade de reabilitar o espaço existente. -----

----- O Senhor Presidente da Junta dissera e muito bem que fazia parte da memória de toda a gente que nascera, crescera e vivera na Freguesia. A si agradava-lhe especialmente e certamente qua aos outros fregueses também. -----

----- Tinha quase a certeza que o edifício era vidrado e parecia muito mais interessante a hipótese de reabilitar aquele espaço do que proceder à recuperação do quiosque que estava tipificado por toda a cidade. Se não seria mais barata essa possibilidade ou se inclusivamente não se podia equacionar lançar um concurso aos estudantes da Faculdade Lusófona, por exemplo, para eles elaborarem propostas de criação de um quiosque diferente. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que o PCP iria votar a favor dos três pontos mas queria fazer uma consideração. -----

----- Desde o princípio tinham sempre dito que a Junta muitas vezes acabava por chamar a si obras protocoladas que eram uma delegação da CML. -----

----- Quanto à pista ciclável, uma freguesa tinha ido ali referir-se aos atropelamentos, às dificuldades das pessoas que saíam das garagens e dos parques de estacionamento na Avenida do Brasil. Perguntou se essa requalificação previa resolver ou minimizar essas questões. -----

----- Sobre a questão do quiosque, achava muito interessante a ideia de haver um quiosque naquela zona. Era uma boa ideia e que iria servir as pessoas como apoio. -----

----- Quanto à outra obra, iam aprovar uma coisa que já estava feita e que já tinham apreciado. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha sido equacionada a hipótese de reabilitar o existente. Havia uma dificuldade do ponto de vista da disposição arquitetónica daquele elemento com o Palácio dos Coruchéus, mas em particular com a

zona recuada onde estavam os brinquedos infantis e numa zona que teria alguma possibilidade de aproveitamento. A opção arquitetónica do passado, o elemento de preservação da memória não era muito relevante do ponto de vista patrimonial, pelo menos em comparação com o complexo dos ateliers ou mesmo o palácio. Tinha uma relevância drasticamente inferior e até prejudicava o sistema de vistas desde o eixo viário para esses equipamentos patrimonialmente mais significativos. -----

----- Colocava um problema de segurança importante. Escondia as zonas de potencial aproveitamento e levava a que nessa dinâmica de colocação de brinquedos infantis e de equipamentos de fitness pudesse haver pessoas que deixavam de ir para aquele espaço com o receio de estarem na zona escondida, tapada, daquilo que era a visibilidade dos circunstantes, que passassem de carro ou a pé. -----

----- O objetivo da demolição passava fundamentalmente só por isso, por conseguir dar mais condições de segurança pela própria vivência do espaço, pela maior amplitude daquele sistema de vistas e acima de tudo também favorecendo a exposição dos elementos arquitetónicos mais relevantes que estavam atrás e tapados por esse elemento. -----

----- Tinham o Palácio dos Coruchéus e depois em fundo o complexo dos ateliers e da Galeria Quadrum, que formavam no seu conjunto elementos patrimoniais muito mais relevantes e que foram prejudicados pela opção arquitetónica do passado e que perdurara. -----

----- Obviamente que as pessoas criavam relações afetivas e dinâmicas da sua própria vida em torno delas, mas se olhassem objetivamente podiam estar a representar um problema muito significativo. Isso independentemente da configuração que pudesse ter o novo equipamento. O equipamento seria colocado sempre recuado para não sofrer do problema que o outro tinha, ficaria posicionado em fundo para poder manter a amplitude, o desafogo de vista e melhorar muito as condições de utilização daquele espaço a partir da rua, porque aquilo impedia uma vista franca do palácio, muito mais relevante do que do próprio quiosque. -----

----- Sobre a questão da Avenida do Brasil, um dos objetivos das requalificações era exatamente resolver os focos de conflito e de risco que estavam ali colocados, era satisfazer essas preocupações que ali foram levadas em tempo e também em diversos atendimentos de fregueses. -----

----- **Membro Maria Cristina Campos (PS)** disse que faltava o Senhor Presidente da Junta responder à segunda parte da sua questão, se não haveria de facto a possibilidade de implementarem um quiosque com tipologia diferente dos existentes, aproveitando jovens arquitetos das faculdades. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que não, porque um dos elementos do contrato de delegação de competências era precisamente o modelo do quiosque. Isso constava dos documentos que foram circulados com a convocatória. -----

----- A única hipótese de fazer um quiosque diferente do que resultasse desse compromisso com o Município de Lisboa era a Junta custeá-lo inteiramente. O custo para o Orçamento da Junta era indiferente porque era inteiramente suportado pela Câmara. -----

----- No *print* de consolidação das administrações públicas não era relevante porque havia uma despesa, mas para a Junta custava zero porque o financiamento ia da Câmara. Isso implicava escolhas, implicava cedências mútuas. Não era a mesma coisa fazer o exercício de uma competência própria ou agir em face de uma deliberação exclusivamente dos órgãos da Freguesia, não era o mesmo que fazer por delegação de competências, em que havia que acomodar preocupações do delegante. No caso, de entre essas preocupações estava a adequação do quiosque à estética do conjunto da cidade. Portanto, a resposta era negativa porque se tratava de um dos elementos a que a

Junta ficava vinculada nos termos da proposta já aprovada pelos órgãos municipais, que fora aprovada pela Junta e que estava na Assembleia de Freguesia para autorização.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Propostas nº 313/2017, 314/2017 e 315/2017**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP e CDS-PP e abstenção de BE.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 319/2017, relativa à celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Lisboa, a Freguesia de Alvalade e a Associação de Escoteiros de Portugal;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que esse protocolo tinha partido de uma iniciativa da Junta de Freguesia e que já se debatia em algumas sessões da Assembleia de Freguesia. Aliás, tiveram a visita da Associação de Escoteiros de Portugal na Assembleia realizada no edifício Caleidoscópico, no Campo Grande, em que se materializara a adesão do núcleo regional de Lisboa ao Centro Cívico Edmundo Pedro. Já estavam a ocupar as instalações que ali tinham atribuídas. Nessa altura fizera menção ao aprofundamento que se ia programando do relacionamento da Associação de Escoteiros de Portugal com a Freguesia de Alvalade.-----

----- Isso tinha sido discutido nos *media*, teria havido algum debate sobre isso levado por fregueses à Assembleia.-----

----- A solução que fora encontrada para a Quinta do Narigão, em conjunto com o Lisboa Racket Centre não estava a funcionar na prática. Tinha sido construído um parque mas não tinha utilização suficiente para cumprir os objetivos a que o Município se tinha proposto nessa colaboração. Identificando isso, procurara-se juntar as partes no sentido dessa colaboração cessar em comum acordo, pacificamente entre todos os envolvidos, poder requalificar o que entretanto tinha sido vandalizado e dar-lhe uma utilização que permitisse esperar uma dinâmica superior à do passado.-----

----- Identificara-se a Associação dos Escoteiros de Portugal como parceiro particularmente apto para gerir um espaço verde muito vocacionado para as atividades do arborismo. Assim tinha começado esse diálogo, que no momento chegava àquilo que considerava o seu ponto alto, o ponto de atribuir a responsabilidade à Associação de Escoteiros de Portugal, mas também a Junta e o Município ficarem vinculados a algumas obrigações. Para essas três partes poderem resolver um grande problema muito antigo do território da antiga Freguesia de São João de Brito, que era o problema da Quinta do Narigão.-----

----- Isso iria permitir ligar a Quinta do Narigão ao Parque José Gomes Ferreira. Permitira já fazer uma limpeza profunda daquele espaço e a remoção de onze colchões. Dizia isso porque os titulares dos órgãos da Freguesia não podiam ignorar a natureza e a profundidade dos problemas. Num espaço arborizado havia onze colchões e não eram para utilização de pessoas sem-abrigo, eram também mas não eram apenas.-----

----- Resolvera-se a situação de uma pessoa sem-abrigo que levava vinte anos na Quinta do Narigão e que estava atualmente integrada num centro de acolhimento. Era um processo difícil, havia uma patologia mental associada. Tinha sido trabalhado com a Câmara Municipal e com a Comunidade Vida e Paz, estando num processo de reintegração.-----

----- Iria permitir que o espaço tivesse dinâmica, aberto ao Corpo Nacional de Escutas e às Guias de Portugal em igualdade de circunstâncias com a Associação de Escoteiros, que seria a entidade gestora mas tinha o dever de ter uma política de porta aberta às restantes associações escotistas do País. Iria com certeza permitir uma preservação e uma fruição pública muito mais interessante da Quinta do Narigão.-----

----- Por outro lado, permitiria também a ligação às traseiras da Rua Conde de Ficalho, onde estava a ser construído um parque de estacionamento, com pavimentos permeáveis, para permitir suporte não apenas à utilização do parque mas também à utilização por residentes, descomprimir a pressão do estacionamento e completar o conjunto da intervenção em torno da Quinta do Narigão.-----

----- Era um ponto de chegada muito importante para um problema muito complexo, muito difícil de resolver, que implicava o envolvimento e a cooperação de muitas entidades. Estavam todas muito meritórias na sua conduta mas partira da iniciativa da Junta de Freguesia, que animara o diálogo entre todas e motivando para a resolução dos obstáculos que iam aparecendo no processo, permitindo ter um parque dentro da cidade apropriado ao desenvolvimento da atividade escotista, ao contacto com a natureza, ao arborismo.-----

----- Acima de tudo teriam um espaço com dignidade, coisa que a Quinta do Narigão nunca tinha tido.-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** perguntou se o preçário que viesse a ser fixado seria aprovado pela Junta de Freguesia. Se os equipamentos e o resto da área seriam de acesso livre. Se haveria condições especiais para os utentes da Freguesia de Alvalade.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que esses aspetos estavam clarificados no próprio protocolo. A Câmara Municipal e a Junta eram responsáveis pela aprovação do preçário. Não achava que fosse fundamental, embora essa questão não estivesse encerrada e seria outro o momento de discutir o preçário, que especificamente para a Freguesia de Alvalade tivesse que haver vantagens.-----

----- Podiam ter uma abertura, uma política transversal ao conjunto da cidade, embora com o equipamento ali sediado. Porventura até lhes ficaria bem. Estava garantida a dimensão pública da democratização do acesso, que era o mais fundamental nesse equipamento.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a matéria do espaço verde que estavam a discutir era muito importante. Era uma área muito significativa da Freguesia e supunha que todos os que se encontravam na sala, dos diferentes grupos, o público, etc., certamente queriam que aquele espaço fosse utilizado pelos lisboetas, não só os da Freguesia de Alvalade. Tanto quanto sabia, não se podia privilegiar os habitantes da Freguesia em relação aos demais.-----

----- O objetivo era encontrarem um uso que fosse generalizado e que os lisboetas e não só pudessem fruir daquele espaço agradável e que tinha sido visivelmente mal utilizado, por razões de ordem diversa.-----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 319/2017**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP e CDS-PP e abstenção de BE.-----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 323/2017, relativa à celebração de protocolo entre a Freguesia de Alvalade e o Município de Lisboa, relativo ao 5º Lugar da Classificação dos Prémios de Mérito atribuídos na 2ª edição das Olisipíadas – 2015/2016;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o Executivo levava aquela proposta à Assembleia de Freguesia por interpretar que todas as formas de colaboração entre entidades públicas ou privadas com a Freguesia eram da competência da Assembleia de Freguesia.-----

----- Tratava-se fundamentalmente da possibilidade de formalizar o recebimento do prémio relativo ao quinto lugar na segunda edição das Olisipíadas. Tinha um montante de três mil euros.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Proposta nº 323/2017, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

----- Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 325/2017, relativa à assunção de encargos plurianuais com a Empreitada de Requalificação e Reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito;-----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que a obra do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito se encontrava muito avançada no calendário dos trabalhos e muito atrasada na percentagem de execução de trabalhos. A Junta notificara o empreiteiro no sentido de apresentar um reescalonamento dos trabalhos que admitisse colocá-lo de novo no calendário previsto no contrato. -----

----- O empreiteiro tinha manifestado uma coisa que à Junta parecia óbvia, mas que do ponto de vista legal tinha que realizar na mesma, que não havia nenhum reescalonamento que pusesse aquela obra de novo dentro do calendário. A Junta notificara-o no sentido da resolução sancionatória do contrato. Decorria ainda o prazo de audiência prévia, que terminaria no dia 2, e estava convocada uma reunião do Executivo para resolver esse contrato e tomar nova decisão de contratar, a respeito do desenvolvimento dessa empreitada. -----

----- Era um processo difícil e que tinha de ser visto com toda a coragem. A Junta de Freguesia de Alvalade não ficaria nunca refém de qualquer empreiteiro, usaria todos os meios legais à sua disposição para afastar os empreiteiros faltosos e faria valer todos os remédios contratuais previstos, desde logo o acionamento de garantias bancárias que eram obrigatórias no âmbito dos procedimentos que foram lançados. Imputaria todos os danos que viesse a sofrer a quem, de forma completamente negligente, tinha conduzido os destinos de um contrato que assumira com uma entidade pública. -----

----- Já o tinha feito em relação a outra empreitada que esse empreiteiro tinha vencido, que era o pavilhão municipal da Freguesia de Alvalade. Aliás, teriam que fazer a reunião obrigatória de setembro para aprovar isso, mas na sexta-feira a CML tinha aprovado um reforço da verba que estava disponibilizada ao abrigo desse contrato de delegação de competências para fazer face ao problema que tinha surgido com as fundações do pavilhão no valor de cerca de 151 mil euros. -----

----- Também haveria uma mesa negocial de renegociação dos valores imputados a essa dimensão, porque era o mesmo contrato de delegação de competências. Os preços que se encontravam atualmente no mercado para a realização de obras não eram os mesmos que se encontravam dois anos antes e, portanto, provavelmente não era possível adjudicar no mesmo valor que tinha sido adjudicado anteriormente, razão aliás pela qual o empreiteiro se vira em dificuldades perante a possibilidade de fornecer e realizar a empreitada. -----

----- Os procedimentos estavam todos prontos mas para que a Junta pudesse avançar necessitava de uma autorização prévia, para que o Tribunal de Contas não viesse a dificultar a aposição do visto sobre o contrato, como aliás não dificultara o anterior. Os dois processos de visto do Tribunal de Contas foram até anormalmente céleres. Corria uma mitologia de que o Tribunal de Contas era lento e podia dizer que a experiência da Junta de Freguesia de Alvalade não era essa. -----

----- No pavilhão da Freguesia de Alvalade era particularmente impressionante, foram onze dias úteis para a obtenção do visto, o que era absolutamente notável. Não tinha sido muito diferente no caso do complexo desportivo municipal, o que significava que os processos eram robustos. -----

----- Todavia, a realidade era a que se conhecia e esse era o caminho que se tinha de fazer para conseguir o objetivo cumprido. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que ao receber esse aditamento à convocatória ficara surpreso. Tinha aprendido com um homem muitos anos antes, o Engenheiro Consiglieri Pedroso, que lhe dizia que a pessoa coletiva não tinha que parecer bem, tinha que ser uma pessoa de bem. Fosse essa pessoa coletiva uma autarquia, uma junta de freguesia, uma câmara municipal ou outro órgão, deviam ser órgãos dinâmicos e a andar em cima daqueles que tardavam em ajudar nos objetivos. Nesse caso concreto a empresa concorrera através de um concurso público, talvez internacional, que a Junta de Freguesia e fregueses de Alvalade faziam fé naquilo que ele se propunha contratar e que era executar obra em determinados prazos e com determinadas garantias. -----

----- No PSD sempre tinham valorizado quem trabalhava com o Estado e a nível empresarial quem trabalhava bem. Nesse caso concreto estava, infelizmente, uma entidade empresarial em causa, que dissera ao órgão público que iria fazer as coisas dentro da normalidade e executando o contrato, estava bem a Junta de Freguesia que andara em cima, alertara e ia chamar a si o que era seu. -----

----- Nesse caso, mesmo estando na oposição, tinha que fazer o seu agradecimento público ao Executivo e a todos os funcionários da autarquia, porque não eram só os que estavam à frente que estavam de parabéns, mas também todo um corpo de técnicos que estava por trás da autarquia e que ajudava a fazer todos esses procedimentos. -----

----- Estavam a falar de duas obras públicas extremamente significativas, quase um milhão de euros dum lado e do outro. -----

----- Isso só para reforçar que o PSD, independentemente de estar na oposição, queria que os órgãos funcionassem bem. No atual mandato sempre tinha olhado para a despesa, num período do monstro que era o déficit, sempre a fazer a análise de onde iam gastar o dinheiro. Nesse caso tinha que dar os parabéns ao Executivo e ao grupo de trabalho da Junta de Freguesia de Alvalade, porque esse ponto 6 era o reflexo de que em Alvalade não andavam a dormir e as empresas que trabalhavam com a Freguesia tinham que ser sérias. -----

----- Obviamente que o PSD iria votar a favor dessa situação. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que o PCP iria votar a favor da proposta, até porque esse atraso poderia ter criado dificuldades desportivas e outras aos dois grupos desportivos. -----

----- Desde o princípio que o PCP fora contra que esse complexo passasse da Câmara Municipal para a Junta e pusera em questão a capacidade da Junta gerir as obras dessa grandeza. -----

----- Também estava um pouco com o Membro Francisco Bento, congratulava-se com medida. Havia que adjudicar e acabar as obras. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que podia ter havido dificuldades colocadas às duas coletividades desportivas, no caso do Grupo Desportivo e Cultural Fonsecas e Calçada elas foram entendidas até ao momento e a expectativa que havia era que a próxima época desportiva pudesse ter lugar já no novo equipamento, cujos acabamentos teriam lugar ainda durante o mês de agosto. Depois decorreria um processo de licenciamento que a Junta não controlava inteiramente, eram as entidades licenciadoras que controlavam. Seria o último passo formal no sentido de abrir aquele pavilhão à fruição pela população. -----

----- Deixava bem claro para todos que o pavilhão não seria inaugurado formalmente antes do dia 1 de outubro, mas se ele estivesse pronto fariam a fineza de permitir que antes da tomada de posse dos próximos órgãos autárquicos pudessem ainda todos fazer uma cerimónia, porque os Membros da Assembleia de Freguesia também participaram

desse processo, onde ficaria registado o momento e o mandato em que ele era construído. -----

----- Disse que a Junta tinha que estar à altura de procurar acomodar as dificuldades que o Clube de Rugby de São Miguel iria seguramente atravessar e estavam a trabalhar nisso em conjunto para dar uma resposta que permitisse ao clube entrar na época desportiva pelo menos com o conforto de saber os meios que contava para ultrapassar esse momento difícil, que com o apoio da Junta de Freguesia seguramente conseguiria ultrapassar. -----

----- A capacidade da Junta de realizar essas obras ficava inteiramente confirmada em toda a sua enorme complexidade. Podiam ter falhado vários aspetos da cadeia e afinal o que falhara era o empreiteiro, que podia ter sido empreiteiro da Câmara, da Junta, do Estado, de quem fosse. Não tinha falhado pelo lado que o PCP antecipava que podia falhar. Dizia isso com toda a simpatia, mas a história ainda não dera razão ao PCP nessa matéria. -----

----- Associava-se ao cumprimento que o Membro Francisco Bento fazia aos trabalhadores da Junta de Freguesia, porque efetivamente tinham mostrado uma enorme capacidade. -----

----- Tivesse a Câmara os processos tão céleres em instituições de fiscalização como tinha a Junta, tivesse a Câmara tanta capacidade de fiscalização das suas obras como tinha a Junta, tivesse a Câmara uma execução financeira desse tipo de projetos como tinha a Junta até aí. -----

----- A reorganização administrativa tinha sido um sucesso e aquilo que se fizera a mais por cima da reorganização administrativa demonstrava que havia margem para as Freguesias conseguirem fazer ainda mais em proximidade, resolvendo problemas concretos das pessoas e das famílias e porventura das empresas, que era um tecido onde a Freguesia ainda não tinha uma política tão conseguida mas com muito espaço para avançar. -----

----- Certo era que no fim desse processo a área desportiva útil da Freguesia multiplicava-se e estava convencido que se não tivesse sido o crescimento e a capacidade da Junta se abalançar a contribuir para a solução desses problemas, mas acima de tudo também a crescer na capacidade de afirmar prioridades na cidade, isso não tinha acontecido. -----

----- Era uma opinião e provavelmente teriam outra, era mesmo assim, mas no fim ficavam as coletividades da Freguesia a ganhar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que gostava de se associar também ao elogio feito à equipa técnica da Junta, por aquilo que fora produzido, pelo cuidado e pela proximidade. Aí também se associava às vantagens subsidiárias que a reorganização administrativa da cidade tivera. -----

----- Objetivamente também entendia que se tivesse sido o Município a ter que tratar com esse imbrólio as coisas eram bem mais morosas e complicadas. -----

----- Não deixava de realçar também o contexto especialmente difícil dos poderes públicos, uma autarquia, uma freguesia, ter que se haver com um Código de Contratação Pública perfeitamente diabólico, não se esperando que a vida ficasse facilitada para a generalidade das pessoas. -----

----- Havia necessidade de existirem regras e decência na ordem geral das coisas mas era cada vez mais heróico o trabalho de quem tinha que gerir obras, empreitadas, com as regras existentes e que, de resto, eram incomuns em todo o espaço europeu. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 325/2017**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Referiu que a ata da última reunião ordinária, assim como a ata da presente sessão extraordinária, seriam aprovadas na próxima reunião, que seria ainda antes das eleições.

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e duas horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO José Reis 2º.SECRETÁRIO Salma

-----O PRESIDENTE-----

M. A. D. A. I.

